



**Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a elaboração do documentário “Perdão, Mr. Fiel” – sobre a história do operário Manoel Fiel Filho  
Palácio do Planalto, 26 de fevereiro de 2009**

**Jornalista:** Presidente, qual foi o papel, a importância do movimento operário de São Paulo, na década de 70, para a redemocratização do País?

**Presidente:** Vamos ver dois movimentos operários que tinha em São Paulo na década de 70: tinha um movimento muito forte de oposição nas principais cidades de São Paulo, ou seja, na Grande São Paulo – São Bernardo, Osasco, Santo André, Guarulhos e a própria capital. E tinha aquilo que na época se chamava de “sindicalismo oficial”.

Havia, na época, uma divergência muito grande, porque o pessoal dizia que o sindicalismo oficial era governista. E havia uma divergência porque os sindicalistas diziam que a oposição era um monte de malucos, aquele negócio todo.

O fato concreto é que nesse período tinha, além da oposição e da situação, os chamados grupos de esquerda, que pertenciam à parte dos políticos, tipo MR-8, tipo PCdoB, tipo Ala Vermelha, que eram facções que muitas vezes se organizavam dentro das fábricas, mas que tinham uma atuação muito clandestina. E tinha o glorioso Partidão, que tinha A Voz Operária, um jornal que de vez em quando aparecia nas fábricas.

Bem, essa confusão toda do movimento sindical permitiu que São Paulo tivesse sempre, e mesmo nesse período duro da ditadura militar, que o movimento sindical tivesse uma voz ativa, ou por conta da oposição ou por conta, muitas vezes, de que a oposição obrigava os dirigentes sindicais, mesmo aqueles mais conservadores, nas assembléias a terem posições mais



fortes para poder se contrapor aos discursos da oposição.

Isso permitiu que a gente tivesse um avanço extraordinário. Ou seja, o movimento sindical, naquela época, contribuiu de forma decisiva para a conquista da democracia na medida em que, além de tudo isso que a gente tinha organizado, ainda tinha o movimento da sociedade civil. Tinha, por exemplo, a Pastoral Operária, na Grande São Paulo, que tinha um papel muito importante. Tinha advogados influentes, como Mário de Jesus, em São Paulo, Mário Carvalho de Jesus, que tinha um papel importante na Frente Nacional do Trabalho. E isso foi combinando para que começasse a haver uma evolução no movimento sindical brasileiro.

Eu me lembro que em 1975 eu fui eleito presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo com o apoio do pessoal da esquerda, porque naquela época eu significava a possibilidade de uma evolução muito grande no Sindicato de São Bernardo do Campo, pela minha relação com os militantes do Partidão, por causa do meu irmão Frei Chico. Eu sei que tinha uma expectativa. Tinha outras pessoas que tinham descrença, que achavam que a gente entrando não ia mudar nada.

O que aconteceu é que nós entramos no sindicato e, logo em seguida, eu conheci figuras importantes como Olívio Dutra, depois eu conheci o Henos Amorina, depois começou a se fortalecer a oposição sindical lá em São Paulo, depois começou a se fortalecer a oposição sindical em Guarulhos.

O dado concreto é que em três anos nós mudamos um pouco a história do sindicalismo de São Paulo. O Sindicato de São Bernardo passou a ser uma extraordinária referência na luta operária de São Paulo, porque a gente inverteu um pouco a lógica da atuação do dirigente sindical. O dirigente sindical quase cumpria uma função institucional: ele ia na porta da fábrica, entregava um boletim, o trabalhador mal e porcamente lia aquele boletim, não ia na assembléia, chegava à noite o dirigente sindical justificava, dizendo: “Olha, nós convocamos, os trabalhadores não vieram porque confiam na gente, porque



nos têm como representantes”.

O que nós invertemos? Nós começamos a convocar menos assembléia no sindicato e passamos a ir mais na porta da fábrica conversar com os trabalhadores. Então, nós fazíamos assembléia às 6h, às 7h, às 8h, às 11h na hora do almoço, às 2h da tarde na hora da entrada, às 2h, na hora da saída, às 10h da noite na hora da entrada. Nós fazíamos até no turno da Volkswagen, às 2h20 da manhã nós fazíamos assembléia.

O que aconteceu é que os trabalhadores passaram a perceber o sindicato na porta da fábrica, o sindicato indo até ele, e não o sindicato esperando que ele viesse até o sindicato. Com isso houve uma mudança extraordinária porque, logo em seguida, a gente tinha um conjunto de sindicalistas na Grande São Paulo e no Brasil inteiro, porque se espalhou, porque começou a ter, por exemplo, Olívio Dutra no Rio Grande do Sul e outros companheiros em outros estados. E a gente começou a perceber que era preciso introduzir um pouco a política no meio do movimento sindical, ou seja, que a luta sindical era muito importante, mas ela tinha um cunho economicista muito grande. E aí entrou a política. Entrou a política, vieram as greves, e aí todo mundo já conhece a história.

**Jornalista:** Presidente, o senhor acha que essa agitação, essa rebeldia do operariado de São Paulo certamente levou a ditadura a agir com mais força lá no ABC e em São Paulo. Nesse processo, a morte do Manoel Fiel Filho no Doi-Codi representou um divisor de águas entre o que se tinha como ditadura mais violenta e o processo já de início de uma redemocratização?

**Presidente:** Olhe, vou contar uma coisa para você. Eu penso que o governo, em 1975, cometeu um erro, eu diria, quase infantil. A verdade é que já em 1975 os companheiros do Partidão já não tinham a força que tinham tido anteriormente. A prisão do Vlado, eu me lembro, eu estava no Japão quando



prenderam o Vlado e logo em seguida prenderam o meu irmão, o Frei Chico, prenderam assessor meu no Sindicato. Eu voltei do Japão, e logo em seguida o Vlado foi enforcado. E depois começou uma “caça às bruxas” aos companheiros do Partidão.

Na verdade, não existia naquele momento uma luta operária, um confronto operário que pudesse justificar nem a morte do Vlado e, muito menos, a morte do Manoel Fiel Filho. Aquilo deve ter sido um erro de cálculo de um informante, no mínimo burro, que achou que estava correndo algum risco a República com o movimento, naquele momento.

Eu acho que foi um erro brutal porque a nossa luta era pública, era à luz do dia, não tinha clandestinidade, e não era necessário matar nenhuma pessoa como mataram o Manoel Filho. Possivelmente, a razão fosse o ódio acumulado que os que mandaram matar tinham, do Partidão, por causa de toda a história de confronto do Partidão com os governos brasileiros e com o regime militar.

Mas a única razão não pode ser a confrontação, porque o meu irmão era um ativista, meu irmão era o vice-presidente do Sindicato de São Caetano do Sul, ele foi preso, foi barbaramente torturado. O Oswaldo Cavinato, que ainda hoje é advogado do Sindicato de São Bernardo, também era do Partidão, foi preso e apanhou muito. Agora, chegar a matar um operário, eu diria que foi um gesto de burrice ou de ranço político inexplicável de quem tomou a decisão.

**Jornalista:** Presidente, o Frei Chico, seu irmão, em um depoimento prestado para o nosso documentário, disse que o crime de tortura não deveria ser um crime de anistia, porque o crime de tortura é um delito, ele é um crime comum. O senhor também considera isso?

**Presidente:** Eu penso que nós temos que analisar duas coisas. Eu, se fosse o Frei Chico, não perdoaria nunca a tortura, porque ele foi torturado. Eu não fui torturado. Agora, veja, o Estado, na hora em que tem que tomar uma decisão e



se manifesta através do Congresso Nacional para elaborar uma lei, você tem que entender que essa lei só pode ser aprovada se ela for construída num consenso entre as partes que compõem o Congresso Nacional. E a verdade é que o Congresso Nacional aprovou uma Lei da Anistia, que pode não ter contemplado uns pela esquerda e outros pela direita, mas a verdade é que aprovou uma Lei da Anistia que contemplou os interesses da maioria da sociedade brasileira. Esse é um dado concreto.

Eu me lembro, por exemplo, que Ulysses Guimarães não queria que os exilados voltassem antes de 15 anos, e depois ele aprovou a Lei da Anistia. Houve uma evolução para que a gente chegasse a uma Lei da Anistia que estabelecesse um consenso na sociedade brasileira. Ela tem funcionado.

Agora, qual é o problema? É que eu compreendo perfeitamente bem que as pessoas que foram torturadas não têm que esquecer nunca a tortura e têm que tentar brigar até o fim, sobretudo aqueles que perderam vidas, aqueles que perderam parentes, para que essas coisas sejam reparadas.

Mas eu estou convencido de que a Lei da Anistia foi a construção de um consenso político, em função da correlação de forças daquele instante. E se fosse discutir no Congresso Nacional hoje, o Congresso estaria mais atrasado do que aquele Congresso de 1979.

É importante a gente avaliar qual o momento político em que as coisas se dão. E naquele momento foi muito importante aprovar a Lei da Anistia. Se nós entendermos que é preciso aperfeiçoá-la, que apresentemos um novo projeto. Mas não neguemos aquilo que, para aquele momento histórico, foi um avanço extraordinário para a democracia no nosso país.

**Jornalista:** Presidente, abrir os documentos da ditadura depende exclusivamente de quem? Do Congresso, do Executivo ou do Legislativo, de uma maneira geral? Do Executivo, do Judiciário? Por que esses documentos não são abertos para que as pessoas possam enterrar os seus mortos?



**Presidente:** Eu acho que depende um pouco de cada um. E é preciso saber agora onde estão esses documentos. Porque aquilo que estava na mão da Polícia Federal, aquilo que estava na mão da Abin, que a gente tinha conhecimento, já foi aberto, já está escancarado.

Tem agora a questão dos documentos que estão na mão, supostamente, das Forças Armadas brasileiras. As Forças Armadas dizem que não têm esses documentos. Eu não sei se eles existem ou não. O que eu sei é que de vez em quando sai um livro contando uma história. Ora, se sai um livro contando uma história é porque alguém tem documento daquela época.

Eu acredito que, possivelmente, tenha muita gente com documento clandestino, tenha muita gente daquele momento que, ao perceber que o Regime iria perder, resolveu levar para casa arquivos e documentos. Nós, inclusive, estamos para tomar decisões do que fazer, para a gente ver se consegue fazer com que esses documentos cheguem à mão do povo brasileiro. Porque eu acho que houve um período da história do Brasil que aconteceu de verdade, aconteceram barbaridades, atrocidades e elas têm que ser escancaradas para a sociedade saber o que aconteceu. Até porque nós não temos por que esconder um fato histórico.

Agora, há um dilema, se tem ou não tem os documentos. Possivelmente, quando o documentário estiver pronto, a gente já tenha tomado as decisões do que fazer, sem saber se os documentos existem, porque pode ser que não existam mais os documentos. Pode ser que na hora em que se estabeleceu a política da transição, ou seja, quando o Geisel disse: “Eu preciso fazer a transição lenta e gradual”, pode ser que naquele instante começou-se a estabelecer o desaparecimento dos arquivos. Pode ser que na eleição de Tancredo Neves tenha sido feito um acordo para que desaparecesse. Tudo isso é uma incógnita que nós vamos agora tentar resolver, nesses próximos meses, para tomar uma decisão sobre os documentos e os desaparecidos.



**Jornalista:** Presidente, quando o senhor fala de atrocidades, me lembra a atrocidade... era feita uma cumplicidade dessas atrocidades que houve na ditadura, e essa cumplicidade veio mais em forma de um país que fez uma ingerência e intervenções na América do Sul, que foram os Estados Unidos. O senhor acha que os Estados Unidos devem fazer algum tipo de reparação a esses países a quem eles patrocinaram essas ditaduras militares, ao Brasil, inclusive? Que tipo de reparação seria?

**Presidente:** Eu não quero reparação dos Estados Unidos. Eu quero é que os Estados Unidos tomem a decisão de respeitar a soberania dos países da América do Sul, como se respeita a soberania dele. Eu acho que houve um momento de muita ingerência, era um momento de Guerra Fria, era um momento em que se via na América Latina toda muitos revolucionários, comunistas, e aquela história toda que todo mundo conhece.

Eu penso que agora nós vivemos um tempo de fortalecimento da democracia em todos os países da América Latina. E eu penso que a única coisa que pode assegurar a gente não é uma reparação, é o reconhecimento da autodeterminação de cada povo de decidir o seu regime político, o seu modelo econômico, a sua organização sindical. E eu acho que isso nós conquistamos, conquistamos no Brasil e estamos conquistando na América Latina.

Acho que a eleição do Obama é um avanço e uma oportunidade para que os Estados Unidos, pela primeira vez, tenham um olhar diferente para a América Latina, um olhar de contribuição, um olhar de construção de parceria e não um olhar de intromissão. Nós conhecemos casos em que... a eleição da Nicarágua, por exemplo, o embaixador na Nicarágua tem candidato na Nicarágua, não é possível. Nós conhecemos caso, em El Salvador, onde o embaixador se intromete no processo eleitoral. Ou seja, isso precisa acabar de



uma vez por todas.

Eu espero que o Obama faça a diferença e acabe. Ou seja, embaixador americano dar palpite nos Estados Unidos, como embaixador brasileiro dar palpite sobre o Brasil. Sobre a política externa de outros países, todos nós precisamos respeitar a autodeterminação e a soberania dos países.

**Jornalista:** Presidente, o que a ditadura tirou do brasileiro, que jamais ele vai recuperar?

**Presidente:** Eu acho que ela tirou 23 anos de liberdade, e não é pouca coisa, é muita coisa. Nós, possivelmente, tenhamos deixado de criar uma geração e meia ou duas gerações de pessoas que ou se transformariam em grandes lideranças políticas naquele momento, ou que depois da revolução se transformariam em grandes referências políticas.

A verdade é que o País ficou mais triste durante 23 anos. A verdade é que o País ficou politicamente empobrecido durante 23 anos. Os movimentos sociais ficaram amordaçados durante muito tempo. Eu tenho a alegria de ter contribuído para ajudar a tirar essa mordida do movimento sindical brasileiro e fazer as coisas que nós entendíamos que deveríamos ter feito, que era fazer com que o movimento sindical fosse representante dos trabalhadores brasileiros, sem intromissão do governo. E isso eu acho que nós conseguimos.

**Jornalista:** Presidente, qual é a mensagem que o senhor passaria, tirando a roupagem de presidente, para um operário chamado Manoel Fiel Filho e para sua família?

**Presidente:** Deixe-me dizer uma coisa para você, antes um pouco do Manoel Filho. Quando o Frei Chico foi preso, eu não conseguia compreender por que o Frei Chico tinha sido preso. Eu era convidado durante muitas vezes para



reuniões em São Paulo, aquelas reuniões feitas clandestinamente, no apartamento de alguém, e eu me recusava a participar. Eu dizia para o Frei Chico: eu sou o presidente do Sindicato, o que eu tiver que falar eu vou falar na porta de fábrica, e se eu tiver que receber alguém eu vou receber alguém aqui.

Teve até um fato inusitado, que eu conto sempre. Uma vez, Frei Chico me convenceu a encontrar com um cara do Partidão na Praça Matriz, lá em São Bernardo do Campo. Era 1974, o PMDB tinha saído com uma eleição muito importante e o Prestes, lá de Moscou, disse que era o Partidão que tinha ganho as eleições. Eu fui, cheguei na Praça Matriz da Igreja, sentei em um banco e atrás de mim senta um outro cara, abre o jornal e começa a fazer perguntas para mim e eu começo a responder, perguntas sobre política, sobre o PMDB, sobre “não sei das quantas” e tal. Bom, terminou, o cara foi embora e eu falei: Frei Chico, é esse tipo de política que você faz? O que esse cara falou de mais, que ele não podia ir à minha sala tomar um café comigo e falar comigo? Qual é a atitude clandestina que ele tinha que tomar, de encontrar comigo em uma praça? Eu conhecia a pessoa, nem sei se está vivo mais, tinha o codinome de Ivo, era conhecido como Emílio Bonfante. Tinha feito a greve da Marinha Mercante, no tempo do João Goulart. E eu ficava indignado com o Frei Chico.

Então, o Frei Chico foi preso numa reunião em São Caetano do Sul, com um monte de panfletos que não diziam absolutamente nada. O único pecado que ele cometia era ser do Partidão. E como o Ednardo D’Ávila resolveu cassar o Partidão, ele foi vítima daquilo. Eu conversava muito com ele a respeito disso e ele às vezes ficava meio nervoso, porque na porta de fábrica a gente falava coisas que nem em reunião clandestina se falava. E por que a gente falava? Porque nós não éramos quadros políticos de nenhuma organização de esquerda, éramos apenas um grupo de operários que tinha tomado consciência e não tínhamos a perseguição histórica que tinham tido outras correntes. Então, para nós não existia a preocupação e o medo que existia.



O Frei Chico, quando via um companheiro meu chamado Ratinho, que já morreu, dizer, na porta da fábrica: “Nós só vamos vencer essa batalha quando o sangue estiver batendo na canela”. O pessoal ficava horrorizado. E o Ratinho falava aquilo...

Bem, a morte do Manoel Filho foi uma coisa, eu diria... analisando hoje, friamente, sem ser presidente, sem nada, uma coisa desproporcional para a força do movimento da época. Nós estávamos em um processo de recuperação, desde 1968 não tinha havido greve no Brasil, o movimento sindical estava se organizando, o presidente do Sindicato de São Paulo era o Joaquinzão, que tinha um controle muito grande da oposição, ou seja, a oposição tinha pouca chance dentro de São Paulo.

Portanto, eu acho que o Manoel Fiel Filho pagou o preço de pertencer a uma organização política que o regime militar ousou tomar a decisão de extinguir, com aquela quantidade de prisões que foram feitas entre 1975, com a prisão do Vlado e até a morte do Manoel Fiel Filho.

O que aconteceu de importante? É que o sacrifício da vida do Manoel Filho levou ao começo do processo de abertura política neste país. A queda do Ednardo D'Ávila, a tentativa de golpe contra o Geisel, foi uma coisa muito forte. Eu acho que se a gente pode ter uma compensação pela morte de um homem como o Manoel Fiel Filho é a compensação de que depois da morte começou o processo de democratização no País e não parou nunca mais. Os trabalhadores ocuparam um espaço muito grande, aí foram as greves de 78, as greves de 79, as greves de 80, a criação dos partidos, a criação da CUT, foi um processo que não parou nunca mais. Eu acho que o sacrifício daqueles que foram presos em 75, torturados, e os que morreram, permitiu que muita gente na sociedade levantasse a cabeça e chegasse onde nós chegamos hoje.

**Jornalista:** Presidente, só para encerrar por que não teve tanta intensidade nos movimentos de base a morte do Manoel Filho, em relação ao Herzog, era



um preconceito de classe?

**Presidente:** Primeiro, pelo clima que a gente vivia na época. Só para você ter idéia, em 1975 o senador Franco Montoro foi fazer um debate na Metodista, lá em São Bernardo do Campo, sobre contratos de risco. Eu me lembro como se fosse hoje, eu fui representando o sindicato. O medo era tanto, a preocupação em ser perseguido, preso, era tanta, que não tinha 20 pessoas nesse debate sobre a questão dos contratos de risco feito pelo Geisel, em 1975.

Quando o meu irmão foi preso eu estava no Japão, me telefonaram pedindo para eu não voltar ao Brasil, porque eu podia ser preso no Brasil. Eu voltei e fui na cadeia visitar o Frei Chico, cheguei lá e fiquei sabendo... o Frei Chico ficou dois dias preso sem ninguém saber onde ele estava, foram procurar em delegacia, foram procurar em hospital, foram procurar... Eu cheguei, fui lá no Dops saber do Frei Chico. O clima era muito tenso, a preocupação do Frei Chico era que eu, ao visitá-lo, não citasse nome de ninguém que ele tinha me dito, ou seja, o nome das pessoas com quem ele tinha falado para eu conversar.

Obviamente que o Vlado era um jornalista importante, uma pessoa de classe média, que mexia com interesses de uma parte da classe média intelectual brasileira e, portanto, teve muito mais repercussão do que a morte do Manoel Fiel Filho.

Eu me lembro que nós fomos à missa do Manoel Fiel Filho, havia um clima muito tenso. Um clima de que... bom, daqui a pouco estava todo mundo imaginando que na Igreja iriam entrar e iriam prender todo mundo.

Eu não sei quem viveu naquela época, [mas] a gente contando isso 30 anos depois, 40 anos depois, a gente conta com muito mais tranquilidade do que a gente tinha que falar na época. Eu acho que foi o começo do fim do Regime Militar. A infelicidade que eles tiveram – se é que a gente pode dizer infelicidade – de achar que poderiam acabar com o Partidão e acabar com o



movimento social, matando o Vlado e o Manoel Fiel Filho. Eu acho que na vida humana e na história de um país tem pessoas que são sacrificadas para que outras vivam em processo de liberdade. Eu acho que esse é um tributo que nós devemos ao Vlado e ao Manoel Fiel Filho, e a tantos outros que morreram acreditando que era possível libertar o Brasil naquele momento.

Nós levamos muitos anos para poder libertar o País, e acho que ainda temos muita coisa para fazer no Brasil, em se tratando de conquista de direitos humanos, de igualdade racial, de direito de gênero, nós ainda temos que avançar muito. E esse avanço é gradual mesmo, a gente vai avançando na medida em que a gente vai construindo correlação de forças para chegar onde a gente deseja chegar.

**Jornalista:** Presidente, para encerrar, a última pergunta: que tipo de constrangimento lhe causou a sua prisão, na época em que o senhor foi preso no Dops?

**Presidente:** Eu achava que não merecia ser preso. Eu achava que não era possível alguém ser preso porque estava reivindicando aumento de salário. Eu me lembro de uma cena, quando nós fizemos a greve de 78, o Luis Eulálio Bueno Vidigal era presidente da Fiesp, e ele foi procurar o general Dilermando, no Segundo Exército, para se queixar da greve dos trabalhadores. Eu liguei para o general Dilermando, liguei e falei: Eu vi no jornal que o senhor recebeu os empresários, eu quero ser recebido. E fui lá contar a história de por que a gente estava em greve.

Eu nunca me conformei com a prisão, acho que foi uma coisa absurda. E foi outro erro, também, dos militares. Achando que me prendendo acabariam com a greve, foi um ledô engano, a greve cresceu muito mais, surgiram muito mais lideranças no movimento. Eu acho que essas coisas a gente não resolve com repressão, a gente resolve com muito diálogo, com muita conversa, com



muita abertura e com muita disposição de encontrar uma solução.

Eu penso que foi um momento extraordinário. Apesar da pressão política, apesar de ser o momento mais duro do Regime Militar brasileiro, os anos 70 e os anos 80 foram extraordinários, do ponto de vista da evolução da organização dos trabalhadores, das conquistas dos trabalhadores, da organização sindical. Obviamente que eu agradeço a Deus por ter participado disso, em quase todos os momentos, e eu acho que foi muito importante para a minha formação política.

**Jornalista:** Presidente, o senhor sempre perseguiu a Presidência da República como político ou aconteceu o senhor chegar na Presidência da República (incompreensível)?

**Presidente:** Isso aqui ninguém persegue, não é? Na verdade, isso aqui persegue 190 milhões de brasileiros que querem ser. Essa coisa a gente não pensa... a gente não pode premeditar. Em 78 eu era contra a política. Veja, em 78. Em junho de 78 eu dizia abertamente: não gosto de política e não gosto de quem gosta de política. Isso em junho. Dois meses depois eu estava fazendo campanha para o Fernando Henrique Cardoso ao Senado; dois anos depois eu estava criando um partido político; dois anos depois eu estava sendo candidato a governador; quatro anos depois eu fui eleito deputado federal; e aí perdi três eleições e cheguei à Presidência da República.

Eu, na verdade, achava... e também descobri isso aqui em Brasília, aqui no Congresso Nacional quando, em 1978, o ministro Arnaldo da Costa Prieto tentou criar as categorias essenciais, aquelas que não poderiam fazer greve, bancários, frentistas de postos de gasolina. Eu vim a Brasília conversar com os deputados, cheguei aqui e descobri que nós só tínhamos dois deputados: Benedito Marcílio e Aurélio Peres. Aí eu falei: ou nós criamos um partido para nós, ou nós não vamos avançar nunca.



E aí foi a minha primeira experiência política: tinha vários partidos na clandestinidade, e eles se achavam o “partido dos trabalhadores”. Então, eles trabalharam muito contra a gente organizar o PT, muito. Às vezes eu não entendia por que alguém do PCdoB era contra, por que alguém do Partidão era contra, por que alguém do MR-8 era contra, por que alguém de outra organização era contra. É porque eles entendiam que o partido deles era o partido dos trabalhadores.

De qualquer forma, com um sacrifício imenso nós fizemos. Estamos aqui hoje, governando o País. E eu espero que daqui para a frente só tenha evolução, nada de retrocesso.

**Jornalista:** Presidente, qual é a cara do operariado brasileiro?

**Presidente:** É muito diferente da cara do operário que eu fui. Eu acho que a quantidade de informação e a quantidade de conquistas que os trabalhadores têm hoje é infinitamente maior do que no tempo em que eu era dirigente sindical.

Eu vou te dar um exemplo: no auge das greves de 78 e 80, um trabalhador, para entrar com um boletim do sindicato, tinha que enfiar dentro das calças ou enfiar dentro da meia. Hoje, o jornalzinho do sindicato transita na linha de montagem, cada um pega o seu.

Naquele tempo, para a gente conversar com um empresário era preciso fazer 40 assembléias na porta da fábrica. Hoje, a comissão de fábrica conversa com os empresários na hora que quer, decide uma greve em 24 horas sem precisar fazer nenhum barulho, é só dar a ordem para os trabalhadores pararem. Isso nos chamados sindicatos mais organizados.

Hoje o trabalhador está mais formado. No meu tempo, um trabalhador que chegava lá com um diploma do Senai já era um grande profissional. Hoje tem um monte de gente que tem formação universitária. A reestruturação



produtiva e a modernização fizeram com que... as profissões já não são mais as mesmas, as pessoas já viraram mais sofisticadas, têm mais formação acadêmico-intelectual do que tinha a minha geração.

Eu acho que o perfil do trabalhador hoje, pelo menos se você pegar as categorias mais organizadas, pegar a indústria naval, pegar os metalúrgicos do ABC, os metalúrgicos de São Paulo, de Osasco, pegar os bancários, você vai perceber que você vai em uma assembléia e vai encontrar um grande número de trabalhadores fazendo universidade ou já formados em alguma coisa, coisa que no meu tempo era muito difícil.

**Jornalista:** Presidente, muito obrigado. Estou muito grato pela sua participação no nosso documentário. Eu espero contribuir, levantando essa história do Brasil de que o senhor faz parte, está bom?

**Presidente:** Obrigado a você, querido.

**Jornalista:** Muito obrigado, foi um prazer grande.

**Presidente:** Quando é que fica pronto?

**Jornalista:** Em maio. Eu estou montando já, só faltava a sua entrevista, e em maio eu acho que vai estar pronto. Está ficando bem interessante. Nós temos 25 minutos de cena, de encenação, música do Djavan, muito interessante. Estou montando, já estou há dois anos nessa brincadeira.

(\$31DHJLP)